

História, memória e poder na história da historiografia brasileira¹

BENTO, Luiz Carlos²

RESUMO: Neste artigo, buscamos demonstrar como a questão nacional e os debates sobre a educação nacional fundem-se no pensamento de Manoel Bomfim, dando certa identidade que caracteriza o seu pensamento histórico que surge nas primeiras décadas do século XX como um contra discurso em relação ao IHGB. Neste sentido, seus textos, sobretudo, seus ensaios históricos da década de vinte dialogam criticamente com o projeto de escrita da história do Brasil produzido pelos institutos, colocando-se como uma antítese dessa cultura historiográfica. E apontando para novas possibilidades de produção de sentido a partir de um diálogo com outros elementos e símbolos, até certo ponto marginalizados, mas disponíveis na cultura histórica do período. Dessa forma, procuramos articular ao longo do texto as relações possíveis entre história, memória e poder na história da historiografia brasileira.

Palavras-chave: Historiografia; História; Memória; Poder.

History, memory and power in the history of brazilian historiography.

ABSTRACT: In this article, we seek to demonstrate how the national issue and the discussions on the national education merge in the thought of the Manoel Bomfim, giving a certain identity that characterises his thinking history that emerges in the first decades of the twentieth century as a historic speech against dominant produced and disseminated by the IHGB. In this sense, his writings, especially his essays of the twenty dialogue critically with the project of writing the history of Brazil produced by institutes, placing itself as an antithesis of this historiographical culture and pointing to new possibilities of production of sense from a dialogue with other elements and symbols, to some extent marginalized, but available on the historical culture of the period. In this way, we seek to articulate in the text possible relationships between history, memory and power in the history of brazilian historiography.

Keywords: Historiography; History; Memory; Power.

Saber não se decreta, conquista-se e transmite-se. Só há um meio de elevar uma nação, é elevar os cidadãos – é trazer pessoalmente, a cada um deles, o ensino e a educação, indispensáveis para a vida superior que imaginamos... A grandeza do homem se exprime pelo esforço constante para compreender melhor as suas necessidades, para conhecer qualquer coisa de novo; viver é acrescentar alguma coisa ao que já existe, e eliminar o que já não convém.

Manoel Bomfim³

¹ Este ensaio foi desenvolvido a partir do texto original produzido para uma conferência no IX CICLO DE PALESTRAS “TERRA, MEMÓRIA E PODER” do curso de história da UFMS/CPTL em 19 de julho de 2016.

² Professor adjunto de Teoria da História e Historiografia Brasileira na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul /CPCX, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Historiografia Brasileira. E-mail: luizc.bento@yahoo.com.br

³ BOMFIM, Manoel. *O progresso pela instrução*. Rio de Janeiro: Tipographia do Instituto Profissional, 1904, p 13-14.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo deste breve ensaio buscamos articular conceitualmente algumas possibilidades de se trabalhar com as categorias; *memória*, *história*, e *poder*, pensando-as a luz de uma experiência de pesquisa que resultou numa tese de doutorado intitulada *Cultura Histórica e Questão Nacional na Primeira República: o sentido da formação entre o ensaio e os escritos educacionais de Manoel Bomfim. (1897-1930)*.⁴

Cabe lembrar, que o intuito inicial, ao refletir sobre essas categorias, não é o de fazer uma conceituação extensa e aprofundada. Por outro lado, isso não significa dizer que nesse texto os conceitos são considerados dados, restritos e estanques. Dessa forma, os conceitos história, memória e poder tem a função de fomentar um diálogo que estimule a multiplicidade de perspectivas teóricas, através das quais eles possam ser trabalhados enquanto temáticas de pesquisa, possibilitando o desenvolvimento de caminhos e trajetórias diferentes para se pensar múltiplas realidades históricas e identificar as suas singularidades temporais.

Dessa forma, assumimos como nosso lugar de fala o campo de estudos e pesquisas relacionados a história da historiografia brasileira e a teoria da história. O reconhecimento desse lugar de fala, assim como evidencia Michel de Certeau (2002), ainda que não determine nosso olhar, evidencia uma forma que é própria e peculiar de trabalhar com essas temáticas, pois buscamos reconstituir seus sentidos com base nos contextos de enunciação aos quais elas foram produzidas, para a partir deste procedimento, compreender seus significados e seus usos.

A *memória* a qual nos referimos ao longo deste ensaio é uma, entre dezenas de possibilidades de definição e de abordagem, que o conceito de memória comporta no interior dos estudos históricos contemporâneos. Essa memória que problematizamos enquanto objeto de pesquisa é a memória do estado nacional constituída pela historiografia oitocentista a partir de um lugar de fala institucional que era o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) fundado em 1838, pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa e pelo brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos. O IHGB trazia em seu projeto inicial a preocupação de escrever a história nacional em uma região recentemente emancipada da dominação política portuguesa,

⁴ Defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás no ano de 2015, sob orientação do professor Dr. Noé Freire Sandes.

eminentemente miscigenada e composta por uma pluralidade étnica, econômica e cultural.

O conceito de memória explorado neste texto, está vinculado diretamente ao processo de constituição de um campo de saber que é a História, entendida como uma prática que passou a se institucionalizar no Brasil a partir deste período, mas que sofreu inúmeros desdobramentos e transformações até constituir a forma atual de um ofício. Que embora não seja regulamentado, é praticado por um conjunto variado de profissionais, quase sempre vinculados há um lugar institucional que é a universidade. Enquanto campo de saber, seus estudos buscam produzir sentido e orientação social, cumprindo o que Jörn Rüsen (2001) na conceituação de sua concepção teórica de matriz disciplinar da história chamou de função ética da pesquisa histórica.

Embora não estejamos preocupados em desvelar as relações entre saber e poder, seguindo um caminho muito bem pavimentado por Michel Foucault em a *Ordem do Discurso e Microfísica do Poder*, não nos esquivamos da necessidade de resaltar a proximidade entre saber histórico e poder político na história do Brasil e consequentemente na história da historiografia brasileira, que toma como objeto de estudo aquilo, que, parafraseando Arthur Assiz (2010), “os historiadores brasileiros fazem quando fazem história”.

Com isso gostaria de resaltar que a história enquanto conhecimento não apenas utiliza-se da memória como objeto de estudos que pode ser trabalhado a partir de múltiplas metodologias indo desde fontes bibliográficas até as oralidades, mas que, ela também produz uma memória a partir dos problemas que eleger como prioritários, bem como, dos sujeitos aos quais ela, através de sua prática, dá voz ou silencia no processo de escrita.

Tomando o supracitado como uma premissa, iremos dialogar ao longo do texto com dois modelos de memória histórica reivindicados pela escrita da história no Brasil. Sendo um modelo dominante, produzido e reconhecido pelas elites nacionais (IHGB) e outro que é menos conhecido e que surge como um contra-discurso em relação a historiografia oitocentista e que tem na figura do médico e professor sergipano Manoel Bomfim o seu maior expoente.

O IHGB E A HISTÓRIA COMO UM DISCURSO DE PODER A SERVIÇO DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO NACIONAL

Como bem demonstrou Lilia Moritz Schwarcz (1993), o IHGB, ao longo de grande parte de sua história, manteve-se fiel a seu projeto original, que pretendia construir uma história nacional como forma de unir e transmitir um conjunto único e articulado de interpretações sobre o passado, expressando assim a sua maneira de se posicionar no debate, tendo como modelo uma história católica, patriótica (entendendo patriotismo como defesa da monarquia) e evolucionista (é uma história escrita para brancos).

Nesse sentido, pretendo demonstrar ao longo desse tópico que a consolidação dos Estados Nacionais exerceu grande influência na forma de se pensar e produzir a história no século XIX. Dessa forma, a criação do IHGB, deve ser entendida como parte do processo de consolidação do Estado Nacional e teve como um dos seus principais objetivos escrever sua história. Para Maria da Glória de Oliveira (2013):

A fundação do IHGB, em 1838, marcou o surgimento da pesquisa histórica no Brasil e a constituição de um *lugar* de produção historiográfica, notoriamente integrado à órbita do Estado Imperial e incumbido da tarefa de ordenar o passado da nação brasileira. (OLIVEIRA, 2013, p. 25)

Com a fundação do IHGB a história começa a buscar caminhos para se transformar em uma disciplina, procurando formalizar referências, princípios e normas que lhes fossem específicas. A questão central colocada inicialmente não era o estabelecimento de uma escrita da história, muito embora tal questão estivesse presente, mas, sim, um esforço para reunir e organizar documentos capazes de reivindicar o passado nacional que ainda estava vinculado a Portugal. Nesse contexto, a historiografia oitocentista em formação surge da convergência de três preocupações distintas: a coleta e a crítica erudita dos documentos, as preocupações filosóficas e as preocupações com a forma narrativa.

A tarefa de conduzir os trabalhos dessa história estava a cargo de um grupo específico e seleto, composto integralmente por membros da elite brasileira, intelectuais que buscavam situar o Brasil no palco da civilização moderna. Esses intelectuais responsáveis pela produção literária e historiográfica do Brasil tinham grande influência da Europa, considerada por eles como o berço da civilização e da tradição iluminista. O velho continente era um modelo a ser seguido e essa elite tinha como grande inspiração a tarefa de construção de uma sociedade europeizada nos trópicos. Era dever desses homens, então, continuar o processo de civilização do

Brasil iniciado por Portugal, e, imbuídos por valores iluministas, sustentavam a crença de trazer luz ao passado para garantir o progresso futuro.

Como demonstram Temístocles Cezar (2004), Manoel Luiz Salgado Guimarães (2011) e Maria da Glória Oliveira (2013), os discursos de Cunha Barbosa e Cunha Mattos devem ser vistos como textos de fundação de uma matriz historiográfica que expressa uma finalidade própria para a história, bem como as prescrições dos procedimentos normativos para a sua correta elaboração.

Uma característica que se tornou preponderante na forma de pensar a escrita da história do Brasil produzida pelo Instituto é a suposição amplamente compartilhada de que foi somente a partir da fundação do Estado Nacional, após a Independência, que se reuniram as condições básicas para se pensar uma história geral do Brasil. Com isso, firmou-se uma premissa que seria marcante na história do Brasil produzida pela instituição: a ênfase no papel do Estado como artífice da identidade nacional. Dessa forma, o Instituto reivindica para si um lugar de fala, se autodeclarando como única instância legítima capaz de escrever a história do Brasil.

A cultura historiográfica produzida pelo IHGB tinha estreita relação com a cultura política da época; assim, cabia aos historiadores do Instituto à tarefa de instruir seus contemporâneos com base no modelo de história adotado por ele, conforme ilustra o seguinte trecho publicado na *Revista do IHGB*: “com os sucessos do passado ensinar a geração presente em que consiste a sua verdadeira felicidade, chamando-a a um nexos comum, inspirando-lhe o mais nobre patriotismo, o amor as instituições monárquico-constitucionais”.⁵

Partindo dessa relação entre cultura historiográfica e cultura política, é possível perceber que o projeto e as aspirações do Instituto – que, segundo Valdeci Lopes de Araujo (2008), era produzir uma história geral que fornecesse sentido e que fosse capaz de monumentalizar o passado da nação – se ajustam com precisão a um conjunto maior de aspirações do período. Isso porque, o IHGB, ao assumir a posição de intérprete autorizado da história da nação, lançaria, a partir do espaço da Corte, a tão esperada luz, que deveria espalhar-se por todo o Império, ajustando-se perfeitamente às pretensões de poder das elites políticas do período.

Essa história produzida no interior dessa elite proporcionou uma visão unilateral do Brasil, marcada pela exclusão e homogeneização da grande maioria de

⁵ Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 16(12), abr-jun/1847, p. 286.

seus habitantes, o que repercutiu decisivamente na identidade nacional. Tais requisitos foram preponderantes para definir e consolidar o Brasil como nação, ao mesmo tempo em que se definia também a visão que se tem do outro. Ao atribuir valor positivo ao modelo de civilização europeu – cor branca da pele, religião católica e monarquia – tudo o que não se encaixasse nesses padrões deveria ser evitado e repudiado. Dessa forma, Manoel Luiz Salgado Guimarães (1998) demonstra que esse processo de elaboração da identidade nacional consolidou uma imagem idealizada da nacionalidade e, ao mesmo tempo, construiu uma imagem do outro.

Essa representação da alteridade possibilitou a elaboração de uma imagem do nacional como contraponto de uma alteridade externa e outra interna. No plano externo, a identidade nacional deveria se afastar das demais nações latino-americanas, representadas como espaço não civilizado e bárbaro, e, no plano interno, o valor a ser buscado se encontrava na Europa. Em outras palavras, a construção de um ideal de nação e civilização nos trópicos passava por uma negação da realidade social brasileira, composta por uma minoria branca e masculina em meio a uma grande maioria de negros e índios.

Dessa forma, a história escrita pelos sócios e colaboradores do IHGB era carregada de valores típicos de uma sociedade aristocrática e evidenciava características próprias de seu tempo. Em um período marcado pela exclusão social, econômica e política, e, influenciados pelas ideias correntes que surgiam na Europa, esses homens se viam à frente da sociedade e com a missão de conduzi-la pelos trilhos do desenvolvimento. Essa característica explicitamente iluminista caracterizava uma visão linear da história brasileira, cujo “passado glorioso” daria suporte e condição para a construção de um futuro próspero.

O IHGB, lugar social em que essas ideias eram produzidas, refletia o pensamento dominante e, como não poderia deixar de ser, era encarregado de difundir valores e aspirações de *poder* típicos das elites brasileiras do século XIX. Os sócios e colaboradores do Instituto eram homens que mantinham estreitas relações com o Estado, fazendo, na maioria dos casos, parte importante dele.

Com esse perfil traçado, fica fácil entender a influência que o Estado exercia não apenas no Instituto como também no teor da produção historiográfica junto aos seus membros, em que o projeto político centralizado defendido pela instituição denunciava as “intensas relações entre o Estado e os intelectuais” ou numa perspectiva mais ampla entre saber e poder. (GUIMARÃES, 1998, p. 10)

As profundas contradições que o Brasil apresentava como escravidão e população mestiça, impediam os intelectuais do IHGB de adotarem integralmente os modelos europeus. Nessa perspectiva, se o ideal de população fosse o de uma maioria eminentemente branca, a população brasileira nunca chegaria à civilidade completa, dada a sua pluralidade étnico-racial. Assim, alternativas foram sendo buscadas para a consolidação desse projeto, que transformaria o Brasil em uma nação civilizada.

Em 1840, o Instituto propõe uma disputa entre seus pares para elaborar uma monografia capaz de indicar os critérios e a melhor maneira para se escrever a história brasileira. O vencedor do concurso foi o naturalista alemão Karl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), com a monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*. Esse texto tem um sentido quase que inaugural para a historiografia brasileira, pois fornece um projeto basilar, no qual se encontram questões centrais que atendiam diretamente às preocupações do IHGB. Seu modelo incide principalmente na discussão do que deveria ser o foco em relação à composição étnica do Brasil: a abordagem das três raças – índios, negros e portugueses – como construtoras da nação brasileira, fixando, dessa maneira, a pedra angular do mito da democracia racial no país.

No plano de estudos para a escrita da história do Brasil formulado pelo naturalista, o branco tem o papel civilizador e progressista, o índio assume a posição de mito de formação nessa escrita e ao negro é destinado um lugar de pouca visibilidade, por ser considerado um elemento impeditivo ao modelo almejado de civilização.

A importância da miscigenação na formação do povo brasileiro e a visão positiva dessa mistura de raças são características ímpares e inovadoras, como podemos observar na fala de Martius: “do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a actual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular” (MARTIUS *apud* GUIMARÃES, 2010, p. 64). Martius consegue, em seu texto, apontar uma solução para um dos problemas que os intelectuais do IHGB enfrentavam na escrita da história nacional: a necessidade de adotar modelos teóricos europeus de civilização, mas tendo que fazer adaptações às condições brasileiras que estavam muito distantes do ideal almejado por esses pensadores. Em outras palavras, a questão central desses intelectuais era como adaptar esses modelos para a realidade brasileira. A dissertação de Martius atendeu

a esses anseios e representou um modelo eficaz que marcou profundamente os trabalhos historiográficos futuros ao estabelecer a mescla das três raças fundadoras – branca, negra e indígena – como o elemento principal da formação da nacionalidade.

O modelo de escrita da história delineado por Martius atingiu o ponto alto de sua sistematização na pena de Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), em *A história geral do Brasil*, obra profundamente marcada por um forte sentido político e por grande preocupação com o tema nacional e que ocupa um lugar muito importante na história da historiografia brasileira. Conforme afirma Guimarães (2011) “ninguém pode ocupar-se da história do Brasil ou trabalhar com ela e, ao mesmo tempo, ignorar Varnhagen como historiador” (GUIMARÃES, 2011, p.165), uma vez que ele e sua obra tornam-se patrimônio dessa cultura historiográfica produzida pelo Instituto, o que, de certa forma, pode ser evidenciado no grande número de estudos publicados sobre ele, quase sempre trabalhos de natureza biográfica.

Para entendermos essa aura mítica construída em torno de Varnhagen, é importante refletirmos sobre o tipo de *memória* que o Instituto construiu a respeito dele e de sua obra. Essa memória, como demonstra Guimarães (2011) em seu estudo sobre o autor, foi sendo processada gradativamente em torno da celebração de sua obra, que passou a ser quase que um culto a sua lembrança. No ano seguinte a sua morte, 1878, coube ao escritor e sócio do Instituto, Joaquim Manoel de Macedo, a tarefa de proferir um discurso em sua memória. Podemos perceber, nesse discurso, alguns conceitos que sempre seriam lembrados em obras futuras sobre Varnhagen, principalmente em sua conclusão, em que Macedo o define como um “homem monumento” (GUIMARÃES, 2011, p. 167). Capistrano de Abreu, no mesmo ano, em seu necrológio sobre Varnhagen, irá defini-lo como “historiógrafo da nação”, “representante máximo da historiografia brasileira”, identificando, na figura de Varnhagen, o ideal do primeiro historiador brasileiro.

Em 1911, a revista do Instituto publicará o discurso de admissão de Manoel de Oliveira Lima (1865-1928) na Academia Brasileira de Letras, no qual se reitera uma imagem de Varnhagen como criador da historiografia brasileira, apresentando-o como um historiador pragmático que, além da descrição objetiva dos fatos documentados, também era lembrado por ser capaz de fazer comentários e reflexões políticas úteis, sendo ele, em função dessas respeitáveis qualidades, um grande merecedor de “veneração pública” (LIMA *apud* REVISTA DO IHGB, 1911, p. 61-91).

No ano de 1916, essa memória foi reforçada por Pedro Lessa (1859-1921) na comemoração ao centenário de seu nascimento, em cujo discurso se repetem diversos conceitos, como “primeiro historiador do Brasil”, “criador da historiografia brasileira”, entre outros, reforçando uma memória de Varnhagen anteriormente elaborada por outros sócios do Instituto que se esforçaram em rememorá-lo como aquele que corporificou o surgimento da consciência nacional na historiografia.

No ano de 1928, o IGHB organizou um evento em celebração à memória de Varnhagen comemorando o cinquentenário de sua morte. Nessa data, coube a Basílio de Magalhães (1874-1957), renomado professor de história do Colégio Pedro II, proferir o discurso – posteriormente publicado pelo Instituto –, em que ressaltava seus múltiplos círculos de ação como historiador, etnógrafo, diplomata, literato, economista e político. Nesse texto, Varnhagen é apresentado como um historiador pragmático, que produziu uma interpretação da nação orientadora de um sentido progressista, capaz de orientar o desenvolvimento do Brasil rumo ao futuro. Dessa forma, sua obra e sua vida eram entendidas como monumentos que deveriam ser cultuados.

A obra de Varnhagen incide, segundo Nilo Odália (1997), sobre três características principais: o homem branco brasileiro, a nação e o Estado. Para esse autor, a independência trazia novas necessidades, e o reconhecimento e fortalecimento do sentimento nacional era fundamental para a garantia da organização política do país. Tal entendimento irá conduzi-lo à defesa de um Estado forte e centralizado, justificando, dessa forma, a continuidade das estruturas políticas que ele entende como quase que natural em relação ao Estado português:

Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustrações; tratei de pôr um dique a tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas ideias soltas de nacionalidade (VARNHAGEN *apud* GUIMARÃES, 1998, p. 5-27).

Nessa fala, Varnhagen deixa claro alguns objetivos de seu trabalho e revela características preponderantes do pensamento dos intelectuais brasileiros desse período: o receio em romper os laços com a antiga metrópole portuguesa, a identificação da monarquia centralizadora como único modelo de ordem capaz de evitar a desagregação e a instabilidade política dos princípios democráticos.

Varnhagen inicia sua obra com uma longa descrição da natureza brasileira, cuja paisagem natural, rica e selvagem, definia o homem que aqui habitava. Os índios, desprovidos de qualquer característica de civilidade, são retratados por Varnhagen de

maneira diferenciada do perfil de “bom selvagem” dos autores românticos. Ao analisar esse aspecto da obra, Temístocles Cezar (2007), em seu ensaio sobre o “patrono da historiografia brasileira”, aponta que ele deve ser entendido como um anti-indianistahobbesiano, que, por sua postura crítica em relação a Rousseau, afasta-se veementemente da tradição brasileira do Romantismo ligada ao indianismo. Para Cezar, a obra de Varnhagen expõe uma profunda crítica em relação a essa corrente, pois, para ele, esse perfil bárbaro associado ao índio não poderia fazer parte de uma história, do processo de consolidação da civilização nos trópicos, conforme se pode verificar neste trecho:

Esse é o passado do Brasil que deverá ser esquecido ou que não deverá influenciar na construção do futuro da nação brasileira, se preservado. Deverá até ser preservado como antimodelo, como modelo daquilo que o Brasil não quer ser. Aliás, os capítulos dedicados ao indígena na *História geral do Brasil* teriam esta função: mostrar que o futuro do Brasil não poderá ter nesse passado sua raiz. O presente-futuro do Brasil se assentaria em um outro passado, naquele que veio do exterior para pôr fim a essa barbárie e selvageria interiores. Com a chegada do cristianismo, do rei, da razão, da paz, da cultura, da civilização, com a chegada dos europeus a este território, o Brasil surgiu e integrou-se no seio da providência (REIS, 2006, p. 37).

Índios e negros ocuparam pouco espaço na escrita de Varnhagen, embora não pudessem ser desconsiderados pelo autor da *História geral do Brasil*. Por isso, ao apresentar a formação da população brasileira, o historiador quase lamentava a presença dessas “raças”. Para ele, o tráfico negreiro trouxe um grande mal ao Brasil e sua gradual extinção representaria uma “saída” para eliminar as características africanas da população brasileira.

Varnhagen como um típico aristocrata do século XIX, irá compartilhar de noções gerais e convicções difusas da historiografia do período, tais como: uma preocupação constante com a pesquisa em arquivos, a prerrogativa do uso de documentos originais em suas pesquisas e a incessante busca por uma objetividade narrativa que só poderia ser alcançada mediante um exercício de imparcialidade por parte do pesquisador. Essa tão sonhada imparcialidade é um objetivo inatingível, visto que na historiografia fica muito difícil separar as preocupações e o sentido histórico do sentido político que permeia os valores e as ações dos homens.

A *História geral do Brasil* é uma obra fundamental para se entender como se concretizaram, na escrita da história nacional, as influências e o pensamento acerca da construção da nacionalidade brasileira, o que deveria ser destacado e o que ficaria de fora da história do Brasil. À maneira como foi pensada a história brasileira, e por

quem foi pensada, esclarece a relação entre a identidade nacional e o modelo idealizado pelos institutos históricos. Assim, a ordenação de uma narrativa sobre o Brasil foi enquadrada na elaboração de uma história nacional carregada de pretensões e intenções ideológicas.

Essas características, presentes nessa “ciclópica massa de documentos”, são enunciadoras de uma cultura historiográfica pensada e difundida de um lugar social, uma comunidade de discurso, ou seja, o IHGB. Na perspectiva de Arno Wehling (1999), esse lugar social produziu uma escrita da história do Brasil que era tributária do projeto político regressista e das teses do liberalismo doutrinário, que fez ecoar por meio das obras de Cunha Barbosa, Cunha Mattos, Von Martius e Varnhagen a defesa de pontos fundamentais para a elite imperial, como:

A monarquia constitucional e a unidade do país; uma estrutura política centralizada compatibilizada com a descentralização administrativa; afirmação do Poder Moderador e do Conselho de Estado; o abolicionismo gradual; o sistema representativo; a subordinação da igualdade à liberdade, “aceitando desigualdades funcionais”; as liberdades concretas viabilizadas pelas instituições; e o reforço do poder, para assegurar as liberdades contra o mandonismo local (WEHLING, 1999, p. 34-35).

As crises estruturais enfrentadas pela sociedade brasileira nas últimas décadas do século XIX, tendo como eixos norteadores o fim do sistema escravista de produção e a queda do regime monárquico, darão espaço para novas perspectivas de significação do passado, que irão integrar a cultura histórica do período. Será a partir deste conjunto de transformações ocorridas neste período que uma visão crítica a esse modelo de escrita da história ira se formar, abrindo espaço para uma crítica desta memória da monarquia produzida pelo IHGB.

Nesse contexto, vários autores, com destaque para Tristão de Alencar Araripe, buscaram resgatar no passado do país experiências e ideais republicanos. Foi dessa forma que acontecimentos quase que esquecidos, ou entendidos com base em outra perspectiva histórica e que davam a eles uma importância menor, foram retomados e ressignificados. Nesse movimento, a Revolução de 1817, em Pernambuco, por exemplo, foi reinterpretada para exemplificar a existência de um pensamento anticolonial de matizes republicanas e democráticas.

O que estava em jogo era o esforço empreendido por esses autores em criar uma representação do passado que atendesse aos anseios de inserção de novos atores sociais na história do Brasil e, ao mesmo tempo, apresentasse o pensamento republicano como parte de uma tradição brasileira que, desde a colônia, buscava se

afirmar em oposição à tradição portuguesa representada pelo regime monárquico, preocupação que, já estava presente no *Manifesto republicano* de 1870.

No interior do próprio IHGB, o glorioso – e, até aquele momento, incontestável – passado monárquico passou a ser contraposto a passados republicanos igualmente bairristas, que buscavam colocar, no panteão do novo regime, personagens e acontecimentos que lhes fossem familiares. Esse esforço de localização de uma tradição republicana e democrática no país fez com que a categoria “povo” surgisse como um problema para a escrita da história brasileira. O que estava em curso era o questionamento de um modelo de escrita da história. Enquanto para uma maioria hegemônica o passado monárquico era visto como motivo de orgulho e glorificação, para outros – que embora fossem minoria, também tiveram seus escritos publicados na revista do Instituto –, ele era pernicioso e deveria servir como contra-argumento a fim de que não se repetissem os erros do passado.

Dessa forma, alguns sócios do Instituto, na busca por produzirem uma leitura do passado que legitimasse a República, passaram a explorar fatos, levantar documentos e esboçar novos registros sobre o passado que externassem a necessidade de significação do próprio presente. Os homens que viveram esse período de transição se viram impelidos a produzirem sentido para as experiências que viviam, submetendo os governos anteriores a novas interpretações, procedidas à luz de novos documentos, visando questionar a historiografia produzida pelo próprio IHGB sob os auspícios do Império desde 1838.

MANOEL BOMFIM: UM CONTRA-DISCURSO EM RELAÇÃO A MEMÓRIA HISTÓRICA PRODUZIDA PELO IHGB

Essa crítica à historiografia oitocentista produzida pelo IHGB com base nas novas condições de possibilidade instituídas pela República é importante para os objetivos deste ensaio porque Manoel Bomfim, intelectual objeto de minha pesquisa de doutoramento é um herdeiro dessa tradição. Ele apropriou-se desse debate para pensar a formação brasileira, radicalizando algumas dessas teses aventadas na revista do Instituto e produzindo uma crítica radical da historiografia produzida pelo IHGB, por entender que o tipo de história produzida por ele não atendia as demandas coletivas da sociedade brasileira em formação.

Diante da constatação do sentido político dessa memória historiográfica produzida pelo IHGB, denunciada por intelectuais como Bomfim e Alencar Araripe, é

importante nos indagarmos sobre as práticas intelectuais e de leitura que permeiam a historiografia e a formação dos historiadores. Pois o que entendemos por pensamento social ou historiografia brasileira não é um dado estático e imutável, pelo contrário é um campo em constante processo de transformação, em que autores são coletivamente definidos como clássicos ou esquecidos em função dos interesses sociais e políticos que permeiam os valores sociais predominantes em uma época, constituindo dessa forma aquilo que Michel Foucault chamou de “sistema de verdades”.

Pensar a obra de um intelectual como Bomfim não é tarefa fácil, tanto pela extensão quanto pela dinamicidade de seu pensamento. Contudo, a maior dificuldade talvez esteja na recepção difusa e controversa de sua obra, que foi lida de várias maneiras em diversas áreas do conhecimento (pedagogia, psicologia, sociologia, geografia e história), construindo leituras possíveis de um pensador que se inseriu criticamente no debate intelectual de seu tempo e marcou seu lugar como um pensador da história e da educação. Isso se deve ao fato de suas obras terem sido produzidas em um período em que os campos disciplinares das ciências humanas no Brasil ainda não estavam plenamente definidos. Seus textos transitaram, assim, nos interstícios de vários campos de saber que, contemporaneamente, mantêm fronteiras bem definidas, mas que não apresentavam esse grau de especialização nas primeiras décadas do século XX, o que justifica a recepção de suas obras como objeto de reflexão em diversas áreas do conhecimento, sinalizando para o ecletismo de suas ideias.

Pelos critérios instituídos pelo IHGB – lugar social a partir do qual se aferia legitimidade aos discursos históricos em seu tempo –, Bomfim não poderia ser considerado como um historiador no sentido estrito do termo; contudo, o seu empenho intelectual de pensar a história como um contraponto ao discurso propalado por esse lugar social faz dele um dos primeiros críticos da historiografia do Brasil, propondo a necessidade de ruptura com o modelo disseminado pelo saber histórico oficial.

Embora Bomfim⁶ tenha sido um intelectual eclético, por ter escrito muito e sobre vários temas, em diferentes contextos, foi movido por diversas preocupações

⁶ Manoel Bomfim, assim como muitos intelectuais de seu tempo, ingressou na faculdade de medicina da Bahia em 1886, mas finalizou seus estudos na capital do Império em 1888. Sergipano de nascimento, viveu grande parte de sua vida no Rio de Janeiro onde ocupou lugar destacado como intelectual atuando como escritor, professor, gestor educacional e político.

teóricas, mas o seu interesse era a compreensão da formação histórica nacional. Dessa forma, seu grande esforço era compreender como o Brasil – e conseqüentemente os brasileiros – formou-se por meio de um processo histórico que lhe garantiria uma identidade nacional. Esse esforço é um objetivo que perpassa sua obra, uma vez que Bomfim entende que a história detém um sentido formador para a constituição da personalidade dos indivíduos e, nesse sentido, se a compreensão sobre o processo histórico de formação for equivocada, como ele denunciava em suas obras, a formação da consciência histórica dos indivíduos sobre as possibilidades da nação também seria deturpada. Movido por essa premissa, Bomfim irá dialogar com a cultura histórica de seu tempo buscando corrigir e ampliar os sentidos dessa formação.

Dessa forma, Bomfim procurou atribuir sentidos diferentes ao passado brasileiro, buscando instrumentalizar o conhecimento pretérito como uma mola propulsora para o desenvolvimento de ações práticas, que, ao se instituírem no presente como espaço de experiência, apontasse para as mudanças sociais como uma expectativa de futuro. Nesse sentido, o pensamento histórico de Bomfim é marcado por um conceito de tempo que, conforme demonstrou Koselleck (2006), busca atualizar, com base no espaço de experiência do presente, tanto a representação histórica do passado quanto a expectativa do futuro.

Assim, ao refletir sobre a história, Bomfim não encontra respaldo na cultura historiográfica de sua época. Mas seus textos, marcados por diversas ambigüidades, são fontes que nos permitem acessar o debate intelectual das primeiras décadas do século XX, identificando os anseios e aspirações de uma geração marcada pela experiência da transição republicana e pelos esforços de modernização da sociedade brasileira.

Entendemos assim que o pensamento histórico de Bomfim, mobilizado para pensar a formação nacional, operava segundo a tipologia das formas de constituição de sentido da narrativa histórica fornecidos por Rüsen (2007), conforme os critérios de uma constituição crítica de sentido. Isso porque sua argumentação histórica, tanto nos ensaios quanto em sua literatura escolar, visa, sobretudo, descaracterizar os modelos de interpretação histórica culturalmente influentes em seu tempo. Propondo uma interpretação alternativa da formação nacional, instituída sobre uma linguagem simbólica nova que objetivava enfraquecer os argumentos produzidos por uma

narrativa *tradicional* e *exemplar* que instituía a permanência como critério de orientação.

No pensamento histórico reivindicado por Bomfim, a ênfase é dada, portanto, na busca da ruptura da continuidade como forma correta de produção de sentido para identificar a essência da formação nacional. Tal como afirma Rüsen, esse tipo de narrativa visa desestruturar narrativas mestras – no caso específico de Bomfim, trata-se da leitura da história do Brasil produzida pelo IHGB a partir da matriz Varnhagen, buscando romper com as suas construções categoriais, seus conceitos-chave e símbolos (RÜSEN, 2007).

Dessa forma, a constituição crítica de sentido produzida por Bomfim em suas obras buscava instituir uma ruptura com as representações dominantes em seu tempo, julgando o sentido produzido pelo discurso histórico como sendo equivocado em relação às aspirações da sociedade brasileira. Esse diagnóstico lhe permitiu questionar a importância da continuidade em relação à experiência do passado, rejeitando a memória histórica reivindicada pelas elites letradas e produzindo uma narrativa histórica sobre a formação nacional que é expressa como uma tomada de consciência em contraposição a comportamentos sociais predominantes e prescritivos de determinadas condutas. A identidade nacional reivindicada por seus escritos emergia da negação em relação às formas de vida dominante, sinalizando para a necessidade de identificação de um sentido próprio para a história nacional que lhe atestaria sua singularidade.

Seu pensamento histórico buscou, segundo os critérios que estavam disponíveis em seu tempo, colocar a interpretação da experiência do passado a serviço da vida, pois assumia uma perspectiva de interpretação que se identificava como republicana e democrática. Bomfim pretendia, com isso, chamar a atenção para o fato de que a transformação das experiências do passado nacional em história não atendia aos anseios do que ele vislumbrava como as legítimas aspirações nacionais, daí a sua crença na necessidade de corrigir os desvios dessa interpretação do passado, visando melhorá-la; isso porque, ao estabelecer uma nova matriz de interpretação do passado, seria possível, no presente, instituir a mudança como uma perspectiva de futuro.

Bomfim não pertence diretamente ao “pequeno mundo dos historiadores” que naquele período começava a ganhar contornos epistemológicos, metodológicos e teóricos próprios. Entretanto, seja como ensaísta, publicista ou professor, ele foi um

pensador que dialogou diretamente com a cultura histórica de seu tempo a fim de fornecer uma alternativa crítica às interpretações dominantes produzidas pela cultura historiográfica do IHGB. Suas atuações como pensador crítico da historiografia de seu tempo nos permitem identifica-lo como um singular pensador da história na primeira república.

Nessa perspectiva mesmo fugindo do lugar social e das práticas que caracterizavam a escrita da história no período, ele produziu uma interpretação sobre o passado nacional e sobre a escrita da história no Brasil que é útil para a história da historiografia brasileira. Parafraseando Rüsen (2007), Bomfim não privou sua vida do necessário exagero da esperança de poder pensar a construção de uma sociedade brasileira mais humana, justa e igualitária e, por isso, foi capaz de pensar a história pelo filtro da utopia, que tem por característica ser, por princípio, exagerada e constituída por esperanças que vão além do puramente factível aqui e agora. Conforme as próprias palavras de Rüsen, “as utopias são, pois, os sonhos que os homens têm de sonhar com toda a força do seu espírito, para conviver consigo mesmos e com o seu mundo” (RÜSEN, 2007, p. 138).

Assim, mais importante que indagar se as interpretações de Bomfim sobre o processo de formação nacional são ou não *verdadeiras* é refletir sobre o porquê de essa interpretação ter sido produzida e por que ela se tornou necessária para os homens do período, dos quais o intelectual sergipano foi apenas um interlocutor capaz de captar essas carências de orientação para as quais sua narrativa do processo temporal de constituição de uma tradição nacional busca constituir um sentido, dando a seu pensamento histórico uma preocupação didática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste ensaio, buscamos apresentar e dialogar com as categorias história, memória e poder pensando-as com base na história da historiografia brasileira. Nossa intenção inicial foi possibilitar ao leitor uma compreensão da escrita da história no Brasil como uma articulação possível entre saber e poder que possibilitou a partir da fundação do IHGB a construção de uma memória histórica nacional que por ser construída por setores da elite, representava interesses diretos do Estado Nacional em construção no período. Constituindo desta forma, uma história com pretensões de nacionalidade, mas que excluía do processo histórico a grande maioria dos indivíduos.

Como um contraponto a este discurso histórico produzido pelo IHGB, apresentamos alguns aspectos da produção intelectual de Manoel Bomfim que oferecem uma recepção crítica a esta memória histórica produzida pelos Institutos e que entendemos que teve um efeito duradouro não apenas no pensamento histórico sobre o Brasil, mas também nas formas de organização social da sociedade brasileira que ainda podem ser percebidos na contemporaneidade.

As críticas produzidas por Bomfim na década de vinte e ampliadas nos anos trinta por autores como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Oliveira Viana, Roberto Simonsen apontam que essa visão aristocrática da história defendida por Varnhagen teve forte presença no ensino escolar da história e que se manteve como um paradigma dominante para a história ensinada nas séries iniciais até pelo menos a década de 40 do século XX. O livro *Lições de História do Brasil* escrito por Joaquim Manoel de Macedo em 1861 foi o mais importante manual didático de história até a primeira república e para muitos pesquisadores ele fez a transposição para o plano da escola secundária da História Geral de Varnhagen defendendo e estruturando em sua narrativa a mesma visão que Arno Wehling (1999) chamou de *politocêntrica e estatista* da história.

Quando olhamos para a história da historiografia ou para a história da educação brasileira numa perspectiva de longa duração, identificamos um conjunto muito sólido de permanências que conservam uma perspectiva eminentemente conservadora de pensar e escrever a história do Brasil. Explicar a permanência de perspectivas historiográficas ultrapassadas e conservadoras na forma de pensar a realidade brasileira não é uma tarefa fácil e tem ocupado diversos pesquisadores da área da teoria da história e da história da historiografia. Esses pesquisadores são movidos, quase sempre, pelo interesse em compreender o complicado jogo de mudanças e permanências que configuram o pensamento social brasileiro.

Para finalizar, reiteramos que esse *topos* conservador e elitista, evidencia a proximidade entre saber histórico, pensamento e poder político na história recente do país, que tem produzido intervenções desastrosas na forma de se pensar e estruturar a sociedade brasileira que podem numa perspectiva mais próxima ser percebida na forma de administração de nossa própria universidade, maculada pela manutenção de práticas que Sergio Buarque de Holanda (1936) chamou de pré-modernas de administração ou numa perspectiva mais ampla, em projetos e programas como a Escola sem Partido ou mesmo na imposição de cima para baixo, sem uma consulta

adequada aos profissionais diretamente relacionados com a prática da educação de uma Base Nacional Curricular Comum. Essas e inúmeras outras posturas sinalizam para o forte conservadorismo da sociedade brasileira. Um problema que nos aflige e com o qual teremos que lidar permanentemente para não regredirmos ainda mais enquanto uma coletividade histórica.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. C. *O rebelde esquecido: tempo vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

BOMFIM, M. *A América Latina: males de origem*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

FILHO, A. A. *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, v, 1 n 1 Rio de Janeiro, 1988.

_____. *Historiografia e nação no Brasil 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. Livro de fontes de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MARTIUS, K. F. P. von. Como se deve escrever a História do Brasil. In: GUIMARÃES, M. L. S. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ODALIA, N. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento de Varnhagen e Oliveira Viana*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

OLIVEIRA, L. L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

REIS, J. C. *As identidades do Brasil II: de Calmon a Bomfim*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RÜSEN, J. *História viva: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da UNB, 2007.

SCHWARZ, M. L. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WEHLING, A. *Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.